



**PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

BOLETIM INFORMATIVO Nº 140

FEVEREIRO de 2009

No mês de Fevereiro de 2009, o Conselho Superior do Ministério Público reuniu em Plenário nos dias 3, 9, 17 e 26 e em Secção Disciplinar no dia 17, na sede da Procuradoria-Geral da República.

SESSÃO PLENÁRIA DE 3 DE FEVEREIRO DE 2009

PRESENÇAS

Na sessão plenária de dia 3 de Fevereiro, presidida pelo Conselheiro Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Mário Gomes Dias, estiveram presentes os membros do Conselho, Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Alberto Mário Coelho Braga Temido e Luís Armando Bilro Verão; Procurador-Geral Adjunto, Dr. Euclides José Dâmaso Simões; Procuradores da República nos Círculos Judiciais de Setúbal e de Sintra, respectivamente, Drs. João Luís Bento Pena dos Reis e Paulo Eduardo Afonso Gonçalves; Procuradores-Adjuntos nas Comarcas de Coimbra, Tavira, no Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa e de Oliveira de Azeméis, respectivamente, Drs. Raquel Maria Quaresma Francisco, Luís Manuel Maia Mota Carmo, João Paulo Anastácio Centeno e Edite Paula de Almeida Pinho; os Membros eleitos pela Assembleia da República, Professor Doutor Rui Nogueira Lobo

de Alarcão e Silva, Drs. João José Garcia Correia, António José Barradas Leitão e Ricardo Manuel Amaral Rodrigues e os Membros designados pelo Ministro da Justiça, Dr. Júlio Castro Caldas e Professora Doutora Maria Fernanda dos Santos Martins da Palma Pereira.

Estiveram ausentes, com justificação prévia das faltas, os Exmos Senhores Drs. Alberto José Pinto Nogueira e Filipe Madeira Marques Fraústo da Silva.

O Senhor Dr. Ricardo Manuel Amaral Rodrigues só esteve presente na sessão, no período da manhã.

No período da tarde, a sessão foi presidida por Sua Excelência o Conselheiro Procurador-Geral da República, Dr. Fernando José Matos Pinto Monteiro.

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos José de Sousa Mendes.

TABELA DA SESSÃO

ACTAS

O Conselho deliberou aprovar a acta de 3 de Dezembro e adiar a aprovação da acta do dia 16 de Dezembro.

NOMEAÇÕES

Proposta de nomeação do Procurador-Geral Adjunto Coordenador do Tribunal Central Administrativo Sul (artigo 126º do Estatuto do Ministério Público).

O Conselheiro Vice-Procurador-Geral da República indicou o nome dos magistrados Lic. Amadeu Francisco Ribeiro Guerra, Lic. Nuno Augusto Aires e Lic. Maria Clara Rodrigues, para o cargo de Coordenador do TCA Sul.

Procedendo-se à votação, por voto secreto, o Conselho deliberou nomear Coordenador no Tribunal Central Administrativo Sul o Procurador-Geral Adjunto Lic. **Amadeu Francisco Ribeiro Guerra.**

SUPREMOS TRIBUNAIS

O Conselho deliberou nomear o Procurador-Geral Adjunto, Lic. **Joaquim Baltazar Pinto**, para os Supremos Tribunais.

REGRESSO À MAGISTRATURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho deliberou autorizar o regresso à magistratura do Ministério Público do Lic. **Daniel Viegas Sanches**, Procurador-Geral-Adjunto na situação de licença de longa duração.

COMISSÕES DE SERVIÇO

1) Procurador da República Lic. **José Manuel Gonçalves Dias Ribeiro de Almeida** a exercer, em comissão de serviço, funções de inspector superior principal na Inspecção-Geral da Administração Interna (IGAI).

O Conselho, após debate sobre o assunto, deliberou no sentido de ser solicitada à IGAI informação fundamentada acerca da invocada natureza excepcional da referida nomeação.

A Senhora Professora Doutora Maria Fernanda Palma não participou no debate deste ponto.

2) Procuradora-Adjunta Lic. **Luísa Trindade da Palma Carrajola** a exercer, em comissão de serviço, funções de inspectora superior principal na Inspecção-Geral da Administração Interna.

O Conselho deliberou autorizar a referida renovação da comissão de serviço.

O Senhor Dr. Barradas Leitão absteve-se.

A Senhora Professora Doutora Maria Fernanda Palma não participou no debate nem na votação deste ponto.

3. Proposta de nomeação, em comissão de serviço, do Procurador da República Lic. **Luís Manuel Pereira da Silva** como Coordenador do Gabinete de Relações Internacionais do Centro de Estudos Judiciários.

O Conselho deliberou autorizar a nomeação em causa, em regime de comissão de serviço, **por 1 ano**.

Votou contra a autorização o Dr. Pena dos Reis

RECLAMAÇÕES

1. Proc.º nº 151/2000-RMP PD - Reclamação apresentada por Procurador da República do acórdão, de 16/12/2008, que determinou a aplicação da pena de *aposentação compulsiva*.

Relator: Dr. **Braga Temido**.

O Conselho deliberou indeferir a reclamação, tendo a Senhora Professora Doutora Maria Fernanda Palma apresentado declaração de voto.

O Senhor Dr. João Correia não participou no debate nem na votação deste ponto.

2 . Proc.º nº 6/2008-RMP PD - Reclamação apresentada por Procurador da República do acórdão, de 3/12/2008, que determinou a aplicação da pena de *aposentação compulsiva*.

Relator: Dr. **Luís Verão**.

O Conselho deliberou indeferir a reclamação.

LICENÇAS

1. Pedido de Equiparação a Bolseiro apresentado pelo Procurador da República Lic.

Rui do Carmo Moreira Fernando.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou conceder parecer favorável à pretensão do magistrado, tendo determinado a remessa do expediente à consideração de Sua Excelência o Ministro da Justiça.

Votou contra o Dr. Pena dos Reis.

O Dr. Barradas Leitão a propósito deste assunto, propôs que oportunamente sejam definidos critérios para autorização da equiparação a bolseiros de magistrados.

2. Requerimento do Lic. **Nuno Filipe Castel-Branco Leitão**, Procurador-Adjunto no Tribunal Judicial de Vila Real, solicitando autorização, com dispensa de serviço, para frequentar Curso de Economia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Relatora: Dra. **Francisca Van Dunem**.

O Conselho deliberou no sentido da matéria e questões jurídicas subjacentes ao pedido aqui em causa (aplicabilidade do Estatuto de Trabalhador Estudante aos Magistrados) poderem ser, como se propõe, objecto de análise pelo Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República.

DESTACAMENTOS

Proposta do Senhor Procurador-Geral Distrital de Coimbra visando o destacamento da Procuradora-Adjunta na Comarca de Montemor-o-Velho, Lic. **Ana Catarina Mota Fernandes** para a Comarca de Coimbra, até ao próximo movimento de magistrados.

O Conselho deliberou autorizar o destacamento.

REQUERIMENTO

O Senhor Dr. João Correia apresentou requerimento relacionado com o denominado “Processo Freeport” e que havia sido já previamente distribuído, durante a sessão, aos membros do Conselho.

Após **Sua Excelênci**a o Conselheiro Procurador-Geral da República ter efectuado um ponto da situação relativamente ao denominado “Processo Freeport”, usaram da palavra os Drs João Correia e Professor Doutor Rui Alarcão e Silva; Drs. Francisca Van Dunem, Castro Caldas; e Professora Doutora Maria Fernanda Palma.

No termo de todas essas intervenções o Conselho deliberou prosseguir com o debate em sessão extraordinária, no dia 9 de Fevereiro pelas 10.30 horas.